11.º

Dos lucros dos exercício será retirado o valor necessário para a reserva legal, devendo o remanescente, se o houver, ser distribuído conforme deliberação da assembleia geral, sendo que a parte a distribuir pelos sócios o será na proporção das suas quotas.

12.º

A sociedade entra imediatamente em actividade, para o que a gerência é autorizada a proceder ao levantamento do capital social, celebrar quaisquer negócios, bem como praticar os actos da sua competência.

13.º

Todas as despesas de constituição, devidamente documentadas, ficarão a cargo da sociedade, considerando-se já ratificadas as compras que os sócios fizeram por conta da sociedade, assim como todas as despesas de instalação e investimento, corpóreos ou incorpóreos, indispensáveis ao bom funcionamento da sociedade, mesmo que anteriores ao registo da sociedade.

Está conforme o original.

29 de Agosto de 2001. — A Ajudante, *Anabela Gomes Lopes*.
3000219365

CONTÁRIO — CONTABILIDADE, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Benavente. Matrícula n.º 861/980330; identificação de pessoa colectiva n.º 504099540; inscrição n.º 1; número e data da apresentação: 1/980330.

Certifico que Maria Pureza Cabral, natural da freguesia de Rapoula do Côa, concelho do Sabugal, divorciada, residente na Rua Gil Vicente, 14 rés do chão esquerdo, em Vila Franca de Xira, contribuinte fiscal n.º 101490801 e portadora do bilhete de identidade n.º 4424853 emitido em 27 de Setembro de 1995 pelos Serviços de Identificação Civil de Lisboa; Jerónimo Lourenço Cabral, natural da mesma freguesia de Rapoula do Côa, casado no regime da comunhão de adquirido com Maria Goreti Paiva Pereira Cabral, residente na Avenida 24 de Setembro, 12, 1.º esquerdo, em Vialonga, Póvoa de Santa Iria, contribuinte fiscal n.º 148759815 e portador do bilhete de identidade n.º 5206882 emitido em 29 de Maio de 1992, pelo Centro de Identificação Civil e Criminal de Lisboa.

Verifiquei a identidade dos outorgantes pela exibição bilhetes de identidade atrás citados.

Foi constituída a sociedade em epígrafe que se rege pelo seguinte contrato:

1.º

A sociedade adopta a denominação de Contário — Contabilidade, L.^{da}, tem a sua sede na Rua do Professor António Salvado Pires, lotes 1 e 2, rés-do-chão B, na freguesia e concelho de Benavente, com início a partir de hoje e durara por tempo indeterminado.

2.º

1 — A gerência poderá deslocar livremente a sede social dentro do concelho ou para concelhos limitrofes ou para qualquer outro permitido por lei, bem como criar sucursais, filiais, agências, delegações ou outras formas de representação, no território nacional ou estrangeiro.

2 — A sociedade considera-se domiciliada nos lugares onde vier a estabelecer sucursais com relação a negócios concluídos por estas.

3.º

A sociedade tem por objecto a execução, análise e gestão de processos contabilísticos empresariais.

4.º

O capital social é de cinco milhões de escudos, correspondente à soma das seguintes quotas: uma no valor de quatro milhões e quinhentos mil escudos pertencente a Maria Pureza Cabral, encontrando-se realizada em dinheiro pelo valor de dois milhões, duzentos e cinquenta mil escudos e sendo o idêntico valor a realizar, diferido para o dia 31 de Março de 1998.

Uma no valor de quinhentos mil escudos, pertencente a Jerónimo Lourenço Cabral, realizada em duzentos e cinquenta mil escudos, sendo o restante valor a realizar, diferido para a mesma data limite de realização do capital diferido pela sócia Maria Pureza Cabral.

5.º

A sociedade poderá, em assembleia, por deliberação de maioria simples, exigir a todos os sócios e na proporção das suas quotas, prestações suplementares até ao limite de dez milhões de escudos.

6.º

A sociedade fica desde já autorizada a gerir quaisquer carteiras de títulos que possua ou venha a possuir, a adquirir livremente participações em outras sociedades, mesmo quando reguladas por lei especial e objecto social diferente do seu, assim como, nas mesmas condições, participar em agrupamentos complementares de empresas.

7.º

1 — A administração da sociedade é confiada à sócia Maria Pureza Cabral, sendo necessária é suficiente a sua assinatura em actos que obriguem a sociedade.

2 — A sociedade reserva-se, no entanto, o direito de por deliberação de simples maioria da assembleia geral, substituir qualquer gerente nomeado.

3 — Os gerentes poderão, ser ou não sócios.

4 — A gerência poderá ou não ser remunerada pelo exercício daquele cargo, desde que esta seja exercida por sócios e em conformidade com o que a respeito delibere a assembleia geral.

8.º

1 — A divisão das quotas e a sua alienação, no todo ou em parte, dependerá obrigatoriamente, em qualquer caso, do prévio consentimento da sociedade.

2 — Os sócios interessados em dividir ou alienar as suas quotas, tem de comunicar, por escrito, à sociedade em carta registada e num prazo mínimo de 30 dias de antecedência as suas pretensões, bem como especificar de forma clara e concreta as respectivas condições.

3 — Na cessão de quotas têm preferência a sociedade e os seus sócios, devendo os últimos comunicar por escrito à sociedade o seu direito de preferência, no prazo mínimo de 15 dias, após seu conhecimento dos termos do parágrafo anterior.

4 — Caso haja mais de um sócio interessado, far-se-á o rateio na proporção das quotas detidas.

9.º

1 — A sociedade amortizará qualquer quota ou parte dela com o consentimento do seu titular, ou nos seguintes casos:

a) Quando a quota seja adquirida pela sociedade.

b) Por morte, interdição, falência ou insolvência de qualquer sócio.

c) Por divórcio, separação judicial de pessoas e bens, caso a quota ou parte dela que passe para a titularidade de um terceiro, tendo direito na aquisição em primeiro lugar o original titular.

d) Por infracção ao disposto no artigo anterior.

e) Por cessão gratuita, arresto, arrolamento ou penhora da quota ou parte dela.

2 — A amortização far-se-á:

a) No caso previsto no n.º 1 e alínea a), pelo valor acordado entre as partes.

b) Nos casos previstos no n.º 1, alíneas c) e d), pelo valor nominal da quota.

c) Nos restantes casos do n.º 1, pelo valor resultante do último balanço aprovado há menos de seis meses.

3 — Em qualquer caso a sociedade poderá, por decisão da assembleia geral, adquirir, por sócios ou por terceiro, no todo ou em parte, qualquer quota disponível, posteriormente à mesma ter figurado no balanço como amortizada.

10.º

1 — A assembleia geral deve ser convocada, pela gerência ou por qualquer sócio, sempre que tal se justifique, com o mínimo de quinze dias de antecedência e mediante carta registada, desde que por lei não seja prescrita de forma diferente.

2 — Qualquer sócio poderá fazer-se representar por outrem, mesmo estranho a sociedade, mediante documento escrito e assinado, com clara indicação da identidade do representante e das reservas dessa representação.

3 — A assembleia geral deliberará por maioria simples do capital representado, salvo nos casos de outras exigências legais.

11.º

Dos lucros do exercício, sendo necessário, será retirado um valor para a reserva legal, devendo o remanescente, se o houver, ser distribuído conforme deliberação da assembleia geral, sendo que a parte a distribuir pelos sócios, o será na proporção das suas quotas.

12.º

A sociedade entra imediatamente em actividade, para o que a gerência é correspondentemente autorizada a proceder ao levantamento do capital social, celebrar quaisquer negócios, bem como praticar todos os actos da sua competência.

13.º

Todas as despesas de constituição, devidamente documentadas, serão a cargo da sociedade, ficando desde já ratificadas as compras que os sócios fizeram por conta da sociedade, assim como todas as despesas de instalação e investimento, corpóreos ou incorpóreos, indispensáveis ao bom funcionamento da sociedade, mesmo que anteriores ao registo dos presentes estatutos.

14.º

Em caso de dissolução, a liquidação e partilha da sociedade compete à gerência, desde que salvaguardados outros imperativos legais.

Está conforme o original.

28 de Agosto de 2001. — A Ajudante, *Anabela Gomes Lopes*.
3000219364

TRANSBROTENSE, LOGÍSTICA, GESTÃO E SERVIÇOS, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Benavente. Matrícula n.º 834/971126; identificação de pessoa colectiva n.º 504006894; inscrição n.º 1; número e data da apresentação: 11/971126.

Certifico que entre Possidónio Barbosa Matias, número de identificação fiscal 140636064, natural da freguesia do Couço, concelho de Coruche, solteiro, maior, residente na Rua de Carlos José Barreiros, 12, 1.º, frente, em Lisboa; João Manuel Russo Silva, número de identificação fiscal 108122344, natural da freguesia de Moscavide, concelho de Louras, casado com Maria de Fátima Rodrigues Cristino, sob o regime da comunhão de adquiridos, residente na Estrada Nacional Ribeira de Sintra, em Sintra; Isalindo Belga Matias, número de identificação fiscal 118726854, natural da freguesia do Couço, concelho de Coruche, casado, com Maria de Fátima Caldeira Carneiro Belga Matias, sob o regime da comunhão de adquiridos, residente na Rua Carlos José Barreiros, 12, 2.º, frente, em Lisboa, o qual outorga por si e na qualidade de sócio gerente, e em representação da sociedade comercial por quotas sob a firma Transbrotense Agência de Transportes Automóveis, L.^{da}, pessoa colectiva n.º 500801126, com sede na Rua Quirino da Fonseca, 17-A, freguesia de São Jorge de Arroios, concelho de Lisboa, com o capital social de trinta milhões de escudos, matriculada na conservatória do Registo Comercial de Lisboa sob o n.º 52904, conforme verifiquei pelos seguintes documentos que arquivou:

a) Fotocópia autenticada da acta n.º 50 da assembleia geral.

b) Fotocópia autenticada da referida certidão da Conservatória do Registo Comercial.

Verifiquei a identidade dos outorgantes por serem do meu conhecimento pessoal.

Foi constituída a sociedade em epígrafe que se rege pelo seguinte contrato:

1.º

A sociedade adopta a firma Transbrotense, Logística, Gestão e Serviços L.^{da}, e vai ter a sua sede na Estrada da Estância, freguesia de Samora Correia, concelho de Benavente.

§ único. Por simples deliberação da gerência pode a sede social ser deslocada dentro do mesmo concelho ou para concelho limítrofe, bem como serem criadas delegações e filiais em qualquer outro ponto do país.

2.º

A sociedade tem por objecto logística e gestão de transportes, armazéns e serviços em geral às empresas.

3.º

O capital social, integralmente realizado em dinheiro, é de quatrocentos mil escudos, e corresponde à soma de quatro quotas, sendo uma de cento e sessenta mil escudos, pertencente ao sócio Possidónio Barbosa Matias, outra de cento e pertencente ao sócio Isalindo Belga Matias, outra de sessenta mil escudos pertencente ao sócio João Manuel Russo Silva, e outra de vinte mil escudos pertencente à sócia Transbrotense Agência de Transportes Automóveis, L.^{da}

4.º

A gerência da sociedade, bem como a sua representação em juízo e fora dele, será exercida pelos sócios Possidónio Barbosa Matias, Isalindo Belga Matias, e João Manuel Russo Silva, que para o efeito ficam desde já nomeados gerente.

§ 1.º Os gerentes não terão direito a qualquer remuneração, salvo se o contrário for deliberado em assembleia geral.

§ 2.º Para a sociedade se considerar validamente obrigada será necessária a assinatura de um gerente.

§ 3.º Fica vedado aos gerentes obrigar a sociedade em todos os actos ou contratos estranhos aos negócios sociais, designadamente fianças sub-fianças ou outras semelhantes.

5.º

As assembleias gerais serão convocadas por meio de carta registada expedida com antecedência mínima de 20 dias, devendo da convocatória constar a ordem de trabalhos.

Está conforme o original.

24 de Agosto de 2001. — A Ajudante, *Anabela Gomes Lopes*.
3000219428

PAULINO TEIXEIRA & ALMEIDA, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Benavente. Matrícula n.º 832/971114; identificação de pessoa colectiva n.º 503996530; inscrição n.º 1; número e data da apresentação: 16/971114.

Certifico que entre Paulino Teixeira casado com Maria da Luz Fonseca sob o regime da comunhão geral, natural da freguesia de Gestaço, concelho de Baião, residente na Rua dos Operários Agrícolas, lote 2, 1.º, direito, em Samora Correia, Benavente e Pedro Daniel Nogueira de Almeida, casado com Célia Cristina Afonso Velez Castanho de Almeida sob o regime da comunhão de adquiridos, natural da freguesia de São Sebastião da Pedreira, concelho de Lisboa, residente no Largo de Santo André, bloco B-2.ºA, em Benavente.

Certifico a identidade dos outorgantes por conhecimento pessoal. Foi constituída a sociedade em epígrafe que se rege pelo seguinte Contrato:

1.º

A sociedade adopta a firma Paulino Teixeira & Almeida, tem a sua sede na Rua dos Operários Agrícolas, lote 3, rés-do-chão, loja, freguesia de Samora Correia, concelho de Benavente.

2.º

O objecto da sociedade consiste no comércio de produtos alimentares, higiene e limpeza, mini mercado.

§ único. Por simples deliberação da gerência a sociedade poderá transferir a sua sede para dentro do mesmo concelho ou outro concelho limítrofe.

3.º

O capital integralmente realizado em dinheiro, é de três milhões e cem mil escudos, correspondente à soma das duas quotas iguais de um milhão quinhentos e cinquenta mil escudos pertencentes uma a cada um dos sócios Paulino Teixeira e Pedro Daniel Nogueira de Almeida.

4.º

a) A administração da sociedade, com ou sem remuneração, conforme for deliberado em assembleia geral, será desempenhada por ambos os sócios, que desde já ficam nomeados gerentes.

b) A sociedade obriga-se com a assinatura de qualquer um dos gerentes.

5.º

A cessão de quotas dependerá sempre do consentimento prévio da sociedade.

Está conforme o original.

24 de Agosto de 2001. — A Ajudante, *Anabela Gomes Lopes*.
3000219427

PUBLISAMORA — PUBLICIDADE, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Benavente. Matrícula n.º 808/970818; identificação de pessoa colectiva n.º 503934917; inscrição n.º 1; número e data da apresentação: 15/970818.